

## Uma análise do Manual do Professor dos livros didáticos regionais de História da Bahia (PNLD 2013 e 2016)

### RESUMO

**Patricia Mercês dos Santos**

[patricsantos@hotmail.com](mailto:patricsantos@hotmail.com)

<https://orcid.org/0009-0001-0818-4372>

Universidade Federal da Bahia  
(UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

**Carollina Carvalho Ramos de**

**Lima**

[carollinadelima@ufba.br](mailto:carollinadelima@ufba.br)

<https://orcid.org/0000-0003-3265-4669>

Universidade Federal da Bahia  
(UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Neste trabalho, apresentamos os resultados da pesquisa intitulada - O Manual do Professor dos livros didáticos regionais de História da Bahia (PNLD 2013 e 2016). O objetivo central da pesquisa foi discutir o ensino de história local, a partir do Manual do Professor dos livros didáticos regionais que foram aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), nos certames de 2004 e 2016. A pesquisa de natureza qualitativa, baseou-se nos pressupostos da Análise de Conteúdo. Concluiu-se que o ensino de história local proposto pelos livros regionais deveria ter abordado temas como o machismo, racismo colapso ambiental, o direito à memória histórica e à demarcação de terras das populações indígenas, valorização da cultura democrática e do diálogo intercultural. As obras, também, precisam problematizar a construção discursiva dos heróis locais, humanizando-os e reconhecendo as contradições que envolve a agência das pessoas em determinados contextos culturais, sociais e políticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro didático regional. Anos Iniciais. Ensino de História.

## INTRODUÇÃO

Partindo da premissa de que o livro didático é um artefato da cultura escolar, presente no ambiente educativo brasileiro desde o período imperial, compreende-se que ele é parte integrante no processo de ensino aprendizagem nas escolas públicas do país e, como tal, é “um objeto quase que indissociável do movimento de ensinar e aprender no imaginário de pais, professores, alunos e demais envolvidos no universo escolar” (Ferreira, 2016, p.110). Para Marcos Silva (2012, p. 805), a permanência dos livros didáticos no cotidiano escolar de várias gerações de alunos e professores está associada “a grande capacidade que editores e autores demonstraram ao longo da história da educação brasileira de adaptar o livro didático às mudanças de paradigmas, alterações dos programas oficiais de ensino, renovações de currículos e inovações tecnológicas”.

Aliado a esses aspectos, podemos dizer que a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tanto beneficiou o mercado editorial escolar, garantiu a forte presença do livro didático nas escolas públicas do país. Por meio do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, o PNLD trazia algumas características inéditas, como aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos de 7 a 14 anos, matriculados na rede pública do então 1º grau - 1ª a 8ª séries (Cassiano 2013, p.53). Embora tenha ocorrido diversas mudanças no PNLD desde a sua criação, não se pode negar que o Programa, como política pública de Estado, trouxe benefícios para o desenvolvimento da educação no Brasil. Afinal, muitos estudantes passaram a ter acesso a materiais que colaboram com seu processo de ensino e aprendizagem, sendo, em muitos casos, o primeiro contato dos alunos com livros impressos.

Evidentemente, não se pode deixar de lado a análise crítica das coleções didáticas, por meio, por exemplo, da comparação entre diferentes livros e suas abordagens sobre temas como racismo, diversidade cultural e história local, além da observação de suas tendências políticas e pedagógicas, bem como suas propostas metodológicas, com o intuito de colaborar para sua contínua avaliação e melhoria. Nessa direção, é fundamental que as edições escolares possam trazer elementos para a construção de um sujeito que pensa, crítica e avalia determinado conteúdo, inferindo sentido ao que está sendo estudado, a fim de contribuir com uma sociedade menos desigual e mais informada.

No mais, as edições escolares acabam por espelhar os currículos em vigor, tornando-se uma espécie de “currículo editado” (Benito, 2016), dando, inclusive, os contornos de como os conteúdos podem ser desenvolvidos por professores e estudantes. Sendo assim, uma análise detida deste artefato, nos permite inferir sobre que tipo de teoria educacional está implícita ou explícita na sua produção e, conseqüentemente, qual o ideal de sujeito que se pretende formar. Livros que trazem atividades mais individuais, descontextualizadas e mecânicas, por exemplo, podem dar menos ênfase à dimensão social, histórica, política e cultural necessária a uma formação integral e para a cidadania em uma democracia.

Tendo no horizonte essas questões, neste artigo, apresentamos os resultados de uma pesquisa<sup>1</sup> desenvolvida a partir do Manual do Professor que acompanhou os livros didáticos regionais de História da Bahia do Ensino

Fundamental - Anos Iniciais, aprovados nos certames do PNLD de 2010, 2013 e 2016. A partir da análise desse material, buscamos discutir o ensino de história local, a fim de identificar a presença/ausência de fundamentos teórico-metodológicos que, nas duas últimas décadas, marcaram as propostas e o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem histórica nos Anos Iniciais. As edições dos livros analisados foram disponibilizadas pelo Memorial do PNLD, projeto mantido e coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza documental e bibliográfica, a análise dos materiais foi do tipo qualitativa, tendo como método a Análise de Conteúdo, ancorada nos estudos de Laurence Bardin (2011).

Para Bardin (2011, p. 48), o “objetivo da análise de conteúdo é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”. Ainda de acordo com a autora, a análise de conteúdo pode ser compreendida a partir de três fases fundamentais: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Sendo assim, foi possível na primeira fase (pré-análise) se apropriar do material e da bibliografia sobre o tema, buscando conhecer o PNLD desde a sua criação até os dias atuais, bem como aprofundar o conhecimento sobre o livro didático regional. Na segunda fase (exploração do material), realizou-se uma leitura atenta do Manual do Professor, dos Guias e editais do PNLD referentes às obras aprovadas e, na sequência, na terceira fase (tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação) realizamos a identificação e sistematização das concepções de ensino de história local abordadas nos manuais e das recorrências de verbos dirigidos aos professores, o que nos permitiu inferir sobre como os manuais orientam os docentes no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos históricos regionais.

Vale salientar que os livros analisados nesta pesquisa foram produzidos antes da promulgação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que, atualmente, orienta os currículos educacionais no Brasil. Portanto, os documentos legais que serviam de orientação para autores e editores de livros didáticos na época foram os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e as Diretrizes Curriculares de cada estado. No conjunto, esses documentos estabelecem, orientam e organizam conteúdos disciplinares, métodos de ensino e concepções pedagógicas. Por isso, foi importante realizar a leitura das obras didáticas observando, em alguma medida, a legislação educacional e as propostas curriculares. Desse modo, os resultados obtidos são oriundos da triangulação de dados de diferentes fontes, para além do Manual do Professor que compõem as obras didáticas regionais voltadas para os Anos Iniciais.

### **O livro didático regional e o Manual do Professor**

Estudar o local/regional pode contribuir para evidenciar potencialidades e desafios de uma determinada região ou estado, assim como evidencia Flávia Eloisa Caimi (2010, p. 64) ao afirmar que “dentre as principais potencialidades da história regional/local se destaca a possibilidade de dar evidência a fontes, temas e sujeitos que não tiveram visibilidade no âmbito da chamada ‘macro história’

[...] ”. Dessa forma, considera-se de suma importância uma obra didática que retrata o estudo do local/regional, pois conforme Ferreira (2015, p.17) “o livro didático regional, de maneira geral, aborda a construção sócio-histórica de um dado espaço, considerando os aspectos de produção sociocultural, política e econômica dos sujeitos na diversidade de suas ações e criações.”

Embora o livro didático regional pudesse contribuir para o desenvolvimento das características citadas anteriormente, ele só começou a ser avaliado no PNLD a partir de 2004, ano em que foram apresentados 24 títulos por autores/editores. No entanto, 41% desses títulos foram reprovados porque não atendiam a algumas das exigências previstas no edital, quer seja porque desprezavam as diretrizes para a escrita e a editoração estabelecidas pelo certame, ou mesmo porque não contemplavam os avanços da pesquisa histórica e da pesquisa pedagógica (Freitas, 2009, p. 9).

Conforme os Guias do Livro Didático (Brasil, 2012; 2009; 2006) “são classificados como Livros Didáticos Regionais aqueles que pretendem trabalhar com a História, delimitando um recorte espacial, podendo ser uma capital ou um estado do país”. Nos editais do PNLD 2010 e 2013 “os livros, assim denominados, regionais são impressos que registram a experiência de grupos que se identificam por fronteiras espaciais e socioculturais, seja na dimensão de uma cidade, um estado ou uma região do Brasil [...]” (Brasil, 2010, p.41 e 2013, p.44). Por fim, no edital de 2016 do PNLD, pode-se observar uma diferença na definição do livro regional, se comparado aos dois últimos (2010 e 2013). Esta diferença está relacionada à exigência da articulação e integração entre História e Geografia, bem como a inclusão dos aspectos da arte e da cultura da região que será estudada (Brasil, 2016, p.68).

Portanto, com base nos dados apresentados, é possível caracterizar o Livro Didático Regional com uma edição impressa de caráter didático que apresenta aspectos da História, da Geografia, da Arte e Cultura de determinado povo ou região, delimitado por algum tipo de fronteira espacial ou sociocultural. Nesse sentido, acreditamos que o livro regional, submetido e avaliado pelo PNLD, pode proporcionar aos indivíduos uma maior compreensão do lugar onde vive; o reconhecimento de si como agente transformador e pertencente a uma comunidade; a valorização das diferentes culturas que coexistem em um mesmo lugar; e a problematização das formas de organização política, econômica e social de uma determinada região.

Com relação ao Manual do Professor, mais especificamente, os editais do PNLD 2010, 2013 e 2016 determinam sua obrigatoriedade na produção das obras didáticas, bem como indicam as funções que ele deve desempenhar como um instrumento de complementação didático-pedagógica. De acordo com Silva (2012, p.807) nas edições 2005, 2008 e 2011, os Guias do Livro Didático afirmavam-se que o manual do professor não deveria “se restringir à mera apresentação de respostas prontas aos exercícios formulados na coleção”, mas “apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos da obra e servir como uma ferramenta auxiliar à reflexão e prática docentes”. Para o autor, a partir daí creditou-se ao livro didático uma responsabilidade adicional relacionada à formação docente.

Desse modo, compreendendo que todo texto é carregado de sentido e se caracteriza como um gênero discursivo, ou seja, como uma estrutura relativamente estável na qual se viabiliza a comunicação entre os sujeitos

(Bakhtin, 2003), podemos inferir que em relação ao Manual do Professor (enquanto gênero) espera-se que seja um texto permeado por orientações teórico-metodológicas, além de sugestões de usos didático, voltadas para os docentes, com o intuito de alinhar a atuação do professor aos objetivos estabelecidos pelos autores da obra didática e ampliar seu repertório pedagógico. No entanto, como assevera Paulilo (2012, p.184) [...] “ o Manual do Professor atualmente não é apenas uma referência pedagógica para o ensino, mas principalmente designa o lugar de um discurso sobre a prática do ensino” [...].

Tal compreensão nos permite considerar que o Manual do Professor produz e difunde um determinado discurso sobre as práticas de ensino, que dão indícios da maneira como a História é ensinada e compreendida em sala de aula. Ao questionar sua força ilocutória, ou seja, o impacto de suas orientações na prática docente, Paulilo (2012) aponta para a necessidade de analisar criticamente as estratégias e representações que o manual faz circular. Dessa forma, mais do que apenas apresentar opções didáticas e metodológicas, este tipo de publicação reflete e reforça concepções legitimadas de ensino e aprendizagem, (con)formando as expectativas sobre o papel do professor e do ensino de determinados conteúdos. Assim, sua análise permite compreender não apenas as escolhas dos autores, mas também as demandas contemporâneas dirigidas ao ensino de História, revelando as interações entre teoria e prática no contexto escolar.

### **O Manual do Professor dos livros regionais de História da Bahia**

Como dito anteriormente, para esta pesquisa, analisamos o Manual do Professor de quatro obras didáticas que foram avaliadas na modalidade de Livro regional de História da Bahia, indicada às séries iniciais. A primeira, aprovada no edital do PNLD de 2010, História nas Trilhas da Bahia, foi escrita por Bianca do Amaral Ribeiro, sua primeira edição foi publicada em 2008, pela editora FTD. Trata-se de um livro didático regional direcionado para estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental I. Nele, podem ser encontrados conteúdos referentes ao estado da Bahia, tratados de forma interdisciplinar, com uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre as Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia, Ciências Políticas, Antropologia) e sua relação com o trabalho. A segunda foi aprovada pelo Programa em 2013, tem como título Segredos da Bahia – História , das autoras Albani Galo Diez e Águeda Célia Fontes. É obra didática direcionada para as séries do Ensino Fundamental I (4º e 5º ano), cuja ênfase é dada aos conteúdos voltados para as questões étnico-racial, econômica e social, estabelecendo, sempre que possível, relações com a História do Brasil. Nesta obra as autoras destacam a importância do desenvolvimento do senso investigativo e participativo do educando.

A terceira, também aprovada no edital do PNLD 2013, História da Bahia – História Regional produzida por Henrique Dias Tavares, Dária Maria Cardoso Nascimento e Maria da Conceição de Oliveira Cunha. Direcionada ao 4º e 5º ano do ensino Fundamental I, este livro foi publicado em 2011 pela Editora Grafset, com sede em João Pessoa – PB, em volume único. A obra enfatiza um trabalho pedagógico de caráter interdisciplinar, buscando estabelecer pontos de contato com outras áreas do conhecimento no tratamento dos temas e períodos

históricos que explora. A quarta obra analisada tem como título Brasil: lugares e memórias – Bahia, é também uma obra coletiva, escrita por Leandro Calbete Câmara, Alain El Youssef, Robson Rocha e Glaucea Britto. Sendo aprovada no edital do PNLD 2016, se caracteriza como um livro destinado ao estudo da História Regional com abordagem integrada para os conteúdos de Arte, Cultura, História e Geografia, deixando evidente sua abordagem interdisciplinar. O livro foi produzido pela editora Leya – São Paulo, em volume único, sua 1ª edição consta de 2014.

Com o intuito de deixar o mais claro possível a análise realizada, utilizamos para cada manual as seguintes siglas: TB – para o manual “História nas Trilhas da Bahia”, SB para o manual “Segredos da Bahia – História”, HB para o manual “História da Bahia – História Regional” e LM para o manual “ Brasil: lugares e memórias – Bahia”. Nossa pesquisa foi sendo conduzida por algumas questões: Que formas de enunciação (primeira pessoa do singular, o sujeito indeterminado e a terceira pessoa do plural) os autores empregam para se comunicarem com os docentes e estudantes no Manual do Professor? Qual é o efeito que essa forma pode ter para o sentido do texto? Como o ensino de história e história local é caracterizado e que orientações são dadas em relação à abordagem pedagógica de conteúdos históricos? Conceitos estruturantes do conhecimento histórico, como tempo, evidência e narrativa, são discutidos na sua relação com o saber histórico escolar?

Em TB, por exemplo, na apresentação do Manual, a autora se dirige aos docentes com sentenças como “cara professora, caro professor”. O uso desses pronomes de tratamento nos leva a entender que há uma formalidade ao se direcionar ao professor, passando também a ideia de valorização e respeito à profissão docente. No corpo do texto e nas orientações de cada capítulo, Bianca Ribeiro emprega a primeira pessoa do plural (nós), passando a ideia de trabalho coletivo. A autora utiliza-se, com alguma frequência, por exemplo dos verbos (acreditamos, procuramos, entendemos, contemplamos, sabemos). Na apresentação do Manual de SB, as autoras (Albani Galo Díez e Águeda Fontes) não trazem nenhuma expressão que remete a uma tentativa de aproximação com o docente, a exemplo de “caro professor”, “querida professora” ou outro termo de saudação. Alguns verbos aparecem na primeira pessoa do plural, outros aparecem com o uso da partícula “se”, indicando que o sujeito é indeterminado. Com base nessas observações, podemos dizer que não há no texto uma preocupação em aproximar o professor da obra que poderá ser utilizada, o efeito de sentido com esses verbos é de distanciamento. O intuito é apenas de informar como a obra foi composta. Mas, e os verbos que aparecem na primeira pessoa do plural, não seriam eles uma forma de aproximação? Nesse caso, é possível dizer, que o uso dessa forma verbal tem apenas a intenção de informar que esta é uma obra produzida por mais de uma pessoa.

No Manual de HB (de Henrique Dias Tavares et. al), a apresentação é feita em nome da editora que o produziu, sempre se remetendo ao professor com verbos na forma nominal no infinitivo, ficando evidente o caráter impessoal da apresentação do manual para o docente, provocando um certo “distanciamento” entre leitor (professor) e obra. Em LM (de Leandro Câmara et al.) a apresentação do MP é breve e traz as expressões “Cara Professor” (acredita-se que houve um erro em relação à concordância nominal e que na revisão do texto acabou não sendo corrigido) e “Cara professora”. Isso nos

remete a valorização da profissão docente, bem como uma formalidade. A forma textual da apresentação nos leva a crer que seja um texto informativo, cujos objetivos principais são os de informar como o livro é composto e de que forma pode ser usado.

Diante do exposto podemos afirmar que das quatro obras analisadas apenas uma traz maior preocupação em estabelecer aproximação com o docente, nesse caso é a obra TB, que usando os verbos no plural coloca-se como parte integrante do processo educativo. Enquanto as outras coleções nos remetem a um certo distanciamento entre o leitor e a obra que será utilizada. É possível perceber isso no uso dos verbos no modo imperativo e do sujeito indeterminado como é o caso do Manual de SB; em HB tem-se ainda o emprego da forma nominal e dos verbos no infinitivo; já no manual LM tem-se apenas um texto informativo. Percebemos que em todos os manuais analisados, mesmo aqueles de caráter mais impessoal evidenciam em certa medida a valorização da profissão docente. Para ajudar o leitor a entender melhor o que estamos explicitando, segue abaixo a tabela com os verbos empregados na apresentação de cada Manual e o nº de vezes que eles aparecem, tendo em vista o que orienta Bardin (2011) quanto à observância da recorrência dos termos na documentação analisada.

**Quadro 1.** Verbos empregados para se reportar aos docentes

| (TB)        | Nº | (SB)     | Nº | (HB)       | Nº | LM <sup>2</sup> |
|-------------|----|----------|----|------------|----|-----------------|
| Procuramos  | 7  | Cabe     | 3  | Contribuir | 1  |                 |
| Sabemos     | 7  | Trata-se | 2  | Adotar     | 1  |                 |
| Estamos     | 6  | Torna-se | 2  | Levar      | 1  |                 |
| Propomos    | 3  | Buscamos | 2  | Viver      | 1  |                 |
| Acreditamos | 2  | Pensamos | 2  | Possuir    | 1  |                 |
| Temos       | 2  |          |    | Refletir   | 1  |                 |
| Sugerimos   | 2  |          |    | Imaginar   | 1  |                 |
| Pretendemos | 2  |          |    | Criar      | 1  |                 |

Fonte: As autoras.

Observando as orientações para os docentes, buscando compreender se elas aparecem como sugestões ou com caráter mais prescritivo, atentamos para o modo verbal empregado pelos autores. Sendo assim, foi possível constatar que dos quatro manuais analisados, dois teriam caráter mais prescritivo, sendo eles: Segredos da Bahia – História (SB) e Brasil: lugares e memórias – Bahia (LM). Neles, os verbos empregados aparecem mais vezes no modo imperativo, trazendo uma ideia de “receita” a ser seguida ou em certa medida dando uma “ordem” ao

professor, determinando como ele deve conduzir seu trabalho. A tabela abaixo ajuda a compreender melhor o que conseguimos encontrar.

**Quadro 2.** Verbos utilizados nas recomendações para os professores

| <b>Verbos utilizados nas recomendações para os professores</b>                                                | <b>Recorrência</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| <b>1 - Manual do Professor – História nas Trilhas da Bahia (2008)</b>                                         |                    |
| Procuramos                                                                                                    | 7                  |
| Sabemos                                                                                                       | 7                  |
| Estamos                                                                                                       | 6                  |
| Propomos                                                                                                      | 3                  |
| Acreditamos                                                                                                   | 2                  |
| <b>2 - Manual do Professor – Segredos da Bahia – História (2011)</b>                                          |                    |
| Incentive                                                                                                     | 2                  |
| Analise, selecione, pense, identifique, elabore, substitua, reserve, apresente, sonde, leia, observe, oriente | 1/cada             |
| <b>3 - Manual do Professor – História da Bahia – História Regional (2011)</b>                                 |                    |
| Objetive, centrar, superar, definir, selecionar, propor, avaliar, oferecer, propiciar.                        | 1/cada             |
| <b>4 - Manual do Professor – Brasil, Lugares e Memórias – Bahia (2014)</b>                                    |                    |
| Discuta                                                                                                       | 4                  |
| Explique                                                                                                      | 3                  |
| Leia                                                                                                          | 3                  |
| Comente                                                                                                       | 2                  |
| Ajude                                                                                                         | 2                  |
| Destaque                                                                                                      | 2                  |

Fonte: As autoras.

Com base na tabela acima é possível observar que no Manual de História da Bahia – História Regional (HB), há apenas um verbo no modo imperativo, os outros aparecem na forma nominal ou no infinitivo. Isso indicaria que o discurso adota tom menos prescritivo, de modo que, a maioria das orientações não podem ser classificadas como “receitas” prontas ou ordens a serem seguidas pelo docente, mas se apresentam como sugestões, possibilidades que podem ser apropriadas pelo docente a depender dos objetivos de ensino e das expectativas de aprendizagem que envolvem a situação pedagógica planejada, tendo em vista a cultura escolar e as contingências da realidade escolar da qual faz parte.

Ainda com base na tabela, podemos inferir que o MP de História nas Trilhas da Bahia (TB), nas orientações dadas aos docentes, apresenta um caráter mais sugestivo. Pois observamos que os verbos são empregados com mais frequência na primeira pessoa do plural (nós), passando a ideia de que todos são parte do processo de ensino aprendizagem. No entanto, quando se refere às atividades propostas para os estudantes, as orientações são mais prescritivas, o tempo verbal aparece mais no modo imperativo (pense, pergunte, lembre, observe, solicite, faça etc.).

Vale ressaltar que todos esses verbos aparecem nas atividades que são propostas aos estudantes na edição destinada a eles. De certo, a escolha dos



verbos em um texto didático não é neutra, mas carrega uma intencionalidade pedagógica, buscando orientar a forma como docentes e estudantes devem interpretar e construir significados. Nesse sentido, os verbos utilizados indicam não apenas ações cognitivas desejadas, mas também uma certa direção para a qual se pretende encaminhar a situação de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a linguagem empregada nos materiais didáticos produz sentidos à maneira como o conhecimento histórico pode ser manejado, explorado e abordado pelos docentes, além de revelar expectativas sobre o processo de construção do saber histórico escolar.

Nossa análise também buscou observar como as discussões conceituais apareciam no MP e se a forma adotada remetia à ideia de um discurso competente do especialista (aquele que escreve o livro) e pressupõe uma “incompetência do não-especialista”, nesse caso o docente que viria a utilizar a obra, uma vez que, em geral, professores dos Anos Iniciais não tem formação específica na área de História.

No que diz respeito às questões relacionadas à aprendizagem e ao desenvolvimento de conceitos históricos estruturantes, como tempo e sujeito histórico, além de discussões mais específicas sobre o ensino de história local e/ou regional, observou-se que o Manual de História nas Trilhas da Bahia (2008) por exemplo, tinha como base teórica as ideias sobre a construção de conceitos formulada por Vygotski. Nesta obra didática, referenciando o teórico russo, os autores explicam que “em seu texto pensamento e linguagem (1933/1998) Vigotski propôs um método para investigação de conceitos cujos resultados tornaram-se a base de sua teoria sobre o desenvolvimento de conceitos” [...] (DIAS et al, 2014, p. 494).

Em relação a conceitos como tempo (História), relações sociais (Sociologia), política (Ciências Políticas), espaço (Geografia), cultura (Antropologia) e trabalho (Sociologia), a coleção detalha-os, sob a justificativa de que “podem ser identificados nos conteúdos relativos ao local e ao regional”, denotando a opção por uma abordagem mais conceitual e interdisciplinar, na qual a noção de trabalho viria alinhavando os outros conceitos (Ribeiro, 2008, p.11).

O Manual de TB ainda apresenta uma discussão acerca das visões conservadoras que orientaram por muito tempo o ensino do regional e do local: o “ufanismo” e o “localismo”. Tratam-se de visões conservadoras que, segundo a autora, contribuem para o empobrecimento do ensino e o aprisionamento do olhar do estudante no local, sem percebê-lo como parte de um todo, mesmo que com suas particularidades. Ribeiro (2008) se refere a esse fenômeno como “localismo”, ou seja, quando do ponto de vista do ensino de História “não se trabalhava o local como componente da compreensão do todo e do próprio local, estudava-se o local por ele mesmo”, levando, nas palavras da autora, “a quase idolatria do local que por fim reafirmava o ufanismo” (Ribeiro, 2008, p.7).

A ponderação da autora sobre o “localismo” no ensino de História revela uma preocupação com a maneira como determinadas realidades locais têm sido abordadas nas séries iniciais. Nesse sentido, o material destinado aos professores destaca que o local muitas vezes é estudado de forma isolada, sem articulação com contextos mais amplos, de modo que o enfoque dado às histórias regionais acaba levando a uma visão fragmentada de determinados contextos e fenômenos históricos. Esse tipo de abordagem pedagógica e conceitual corre o risco de reforçar narrativas ufanistas, nas quais a valorização do espaço próximo

não contribui para uma compreensão crítica de sua conexão com processos históricos, sociais e econômicos mais amplos.

Podemos dizer que os desdobramentos dessa reflexão são significativos para as discussões no âmbito do ensino e da aprendizagem histórica, pois sugere a necessidade de um ensino que conecte o local ao global, permitindo que os alunos compreendam a história do lugar onde vivem nas suas relações com contextos mais amplos. Além disso, aponta para a importância de evitar uma abordagem excessivamente emocional ou idealizada do espaço vivido, promovendo, em vez disso, uma visão mais problematizadora, investigativa, crítica e contextualizada. De algum modo, o Manual de TB aponta para a necessidade de revisar práticas pedagógicas e materiais didáticos para garantir que o ensino do local favoreça uma formação cidadã mais reflexiva e menos centrada em um pertencimento acrítico.

Já no MP de Segredos da Bahia – História (2011), essas questões mais conceituais são tratadas na seção “Considerações sobre a História”, na qual é possível observar uma discussão mais geral sobre a disciplina História. Nesta seção, os autores tecem um panorama histórico de como era o ensino dessa disciplina e as transformações que ocorreram nas últimas décadas do século XX, sendo o ponto de partida a reforma educacional de 1971, implementada pela lei 5.692/71, que dentre outras coisas instituiu a disciplina de Estudos Sociais, contribuindo para a diluição e descaracterização das ciências históricas e geográficas (Diez e Fontes, 2011).

Tendo em vista as bases teóricas que embasa este Manual, as autoras citam os estudos de Piaget, que classificam como “teoria cognitivista”, de Vigotsky, definido por elas como “teoria sociocríticas”, e de Paulo Freire, apresentado como “teórica crítica” a aproximação teórica com esses autores vai sendo construída para defender uma concepção de ensino que valoriza o estudante como produtor de seu conhecimento, o professor como mediador no processo de ensino e aprendizagem e a interação entre estudantes e professores como basilar na aprendizagem. Além disso, o diálogo entre os teóricos também é mobilizado para destacar o papel dos conhecimentos prévios no processo escolar, defendendo que o ensino de história leve em consideração a realidade e os saberes do estudante, além de sua capacidade investigativa, e reconheça a escola como espaço de construção coletiva do conhecimento. No entanto, não há uma reflexão mais aprofundada sobre os conceitos de história local e regional.

Em História da Bahia – História Regional (2011), o MP explica que as bases conceituais sobre o ensino de história são pensadas a partir da ideia de construção histórica, na qual se pretende quebrar o paradigma de que a história é algo pronto e acabado ou que existe uma única história. Essa ideia é apresentada logo no primeiro parágrafo da seção “Ensino de História”, em que outros conceitos como tempo histórico, sujeito histórico e fato histórico são discutidos pelos autores.

Inicialmente, os autores trazem uma discussão sobre tempo cronológico e tempo histórico, procurando demonstrar que no ensino de História o conceito de tempo, associado ao calendário (dia, mês, ano, etc) pode não ser a melhor escolha para auxiliar os estudantes na compreensão de determinados processos históricos, pois, “é preciso refletir sobre conceito de tempo histórico enquanto momento/ resultado das ações coletivas, ou seja, resultante do processo histórico construído pelas pessoas” (Tavares; Nascimento; Cunha, 2011). O

conceito de sujeito histórico, por sua vez, é trabalhado no MP com o intuito de reforçar a agência histórica de diferentes sujeitos, levando à reflexão de que a história não é construída apenas por “heróis”.

Embora trate-se de uma obra produzida antes da BNCC, encontra-se no material a perspectiva do currículo por competência, a mesma observável no documento hoje em vigor. Contudo, diferente do currículo nacional, o Manual de HB cita nominalmente o teórico francês Philippe Perrenoud e os quatro pilares da educação defendido por Jacques Delors no relatório para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), de 1998, produzido pela Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI, intitulado: “Educação um tesouro a descobrir”. Dado o teor deste documento, pode-se inferir que a menção aos “quatro pilares da educação” indica uma tendência da obra didática de acabar priorizando competências gerais, em detrimento de competências/operações mentais mais relacionadas ao desenvolvimento de um pensar historicamente, o que pode levar a um ensino de História (local) mais instrumentalizado do que crítico e contextualizado.

Já o MP de Brasil: lugares e memórias – Bahia (2014) traz de maneira significativa os conceitos de tempo e espaço, além disso, estabelece a relação entre o local (regional) e global, levando o estudante a refletir sobre seu lugar, onde este se situa, e como ele enquanto cidadão pode colaborar para preservação e valorização da sua comunidade e da sua cultura, intercalando com os conhecimentos advindos de outros lugares, de outras culturas.

Ainda com relação aos conceitos de local e global, os autores indicam que é importante para os estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental o ensino dos conteúdos a respeito da localidade e, mais uma vez, evidenciam que isso deve ser feito sempre buscando a ampliação dos horizontes, pois é preciso se estabelecer uma conexão entre os acontecimentos ocorridos no Brasil e no mundo, afinal de contas fazemos parte de um sistema global. Em se tratando da teoria pedagógica adotada pela obra, os autores não a expõem explicitamente como acontece nos outros manuais, no entanto, o texto deixa evidente que foi pensada sobre o olhar do conceito de interdisciplinaridade.

### Considerações Finais

No exercício do magistério, principalmente nos Anos Iniciais, é comum a preocupação com o material didático que será utilizado para ministrar as aulas. Dentre esses materiais, pressupõe-se que o mais utilizado seja o livro didático que, em geral, é escolhido a cada quatro anos, dentre os mais variados exemplares que costumam ser entregues às escolas públicas do país, selecionados de acordo o Guia do livro didático (oriundo da avaliação do PNLD) ou por amostragem.

Diante das observações descritas acima chegamos há algumas conclusões a saber: no que diz respeito às orientações dadas aos docentes temos dois manuais com caráter mais prescritivo: o de **Segredos da Bahia- História** e o de **Brasil: lugares e memórias – Bahia**, nos quais observou-se a predominância dos verbos no modo imperativo, passando a ideia de ordem a ser seguida. Isso nos leva a crer que o uso desse modo verbal, tem efeitos discursivos que questionam (em alguma medida) a autonomia docente dada ao seu caráter mais ortodoxo

nas proposições quanto às formas de usar o livro no processo de ensino e aprendizagem. Os outros manuais, **História nas Trilhas da Bahia** e **História da Bahia** emprega uma linguagem mais dialógica, na qual o docente é convidado a considerar as sugestões presentes no material em suas práticas pedagógicas, valorizando, em última instância, o fazer docente e a capacidade crítica e criativa dos professores.

Com relação a concepção de educação e as correntes teóricas presentes nos manuais, pode-se dizer que os materiais estão pautados em teorias pedagógicas modernas, transitando entre correntes mais críticas, como é o caso de **TB** que trabalha com a formulação e conceitos proposta por Vygotski e também se aproxima das ideias marxistas quando faz relação dos conteúdos que serão trabalhados com o tema trabalho, classe trabalhadora e/ou sociedade de classe, categoriais presentes em Marx. Já em **SB**, apesar de conter em suas propostas os estudos de Piaget (teoria cognitivista), Vigotsky (teoria sociocríticas) e da teórica crítica a partir das contribuições de Paulo Freire. Pode-se dizer que nesta obra há uma mescla de tendências pedagógicas acerca do ensino e da aprendizagem, na qual podemos observar um diálogo entre teóricos que sustentam a perspectiva histórico-crítica e outros que trazem discussão sobre competências e habilidades. Em **História da Bahia (HB)** predomina uma aproximação à proposta de um currículo por competência, defendido, inclusive, pelos documentos normativos vigentes desde a década de 1990. Por fim, na obra **Brasil: lugares e memórias (LM)** não fica evidente a adesão dos autores a uma corrente pedagógica específica, mas implicitamente podemos dizer que está ancorada nos PCN's, de modo que, tanto HB quanto LM se afastam da perspectiva crítica do currículo. Contudo, como sempre afirmamos, cabe ao professor, a partir de seus conhecimentos e experiências, utilizar da melhor maneira possível o material que tem disponível.

Compreendemos que dos quatro manuais analisados, duas obras não trataram de forma específica dos conceitos ligados à História Local e/ou Regional, são elas: **Segredos da Bahia- História (SB)** e **História da Bahia (HB)**, o que consideramos uma lacuna, já que as obras em tela foram aprovadas pelo PNLD na modalidade de Livro Didático Regional e que, portanto, uma discussão acerca desse campo de estudos contribuiria para melhor compreensão dos estudos históricos que discutem o local. Em compensação, em **Trilhas da Bahia-História e Brasil: lugares e memórias – Bahia** encontramos uma discussão bem mais elaborada sobre o local e o regional, valorizando sua diversidade. No entanto, todas as obras, em alguma medida, tratam de conceitos históricos estruturantes, como os conceitos de tempo histórico e sujeito histórico e buscam demonstrar como o estudo do local/regional pode contribuir para a construção da identidade do estudante, levando-o a perceber que seu lugar também faz parte de um todo e que de alguma forma a história desses lugares se conectam. Nesse sentido, os manuais analisados, em maior ou menor grau, apresentaram subsídios aos professores para pensar um ensino de história que observa e interpreta os eventos e personagens históricos a partir de um “jogo de escalas” (Becheler, 2014).

Sabemos que uma pesquisa não se encerra nos resultados encontrados, eles podem ser a base para novas descobertas. Pensando nisso queríamos deixar aqui alguns tensionamentos a respeito da formação continuada, tema importante quando se pensa a valorização da profissão docente. É possível

afirmar que as sugestões de leituras indicadas pelos manuais são mobilizadas pelos docentes em suas práticas? As sugestões de leituras são textos críticos que levam à reflexão ou apenas contribuem para a manutenção da proposta de educação contida no Manual?

Ainda que as obras didáticas analisadas pudessem apresentar eventuais lacunas e que a política de livros didáticos no Brasil fomenta certa “fetichização do livro didático”, na esteira das problematizações de Marcos Silva (2012), seria interessante que o Programa considerasse a ideia de trazer de volta os livros didáticos regionais, entendendo sua importância para o desenvolvimento do conhecimento histórico e de suporte para o professor no processo de ensino e aprendizagem. Entendemos que pesquisas futuras poderiam investigar possíveis impactos da descontinuidade dessa modalidade de livros do PNLD e as razões que levaram ao MEC tomar essa decisão.

Por fim, concluímos que o ensino de história local proposto pelos livros regionais deveria também abordar temas como o machismo, racismo, colapso ambiental, o direito à memória histórica e à demarcação de terras das populações indígenas, valorização da cultura democrática e do diálogo intercultural. As obras, também, precisam problematizar a construção discursiva dos heróis locais, humanizando-os e reconhecendo as contradições que envolve a agência das pessoas em determinados contextos culturais, sociais e políticos. Ademais, ainda é preciso ser mais contundente nas relações entre presente e passado, em especial, no tratamento sobre os desdobramentos locais da colonização do território brasileiro do extermínio dos povos indígenas e do aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas na vida das pessoas.

# A Critical Analysis of the Teacher's Manual for Regional History Textbooks of Bahia (PNLD 2013 and 2016)

## ABSTRACT

In this paper, we present the results of the research entitled - O Manual do Professor dos livros didáticos regionais de História da Bahia (PNLD 2013 and 2016). The main objective of the research was to discuss the teaching of local history, based on the Teacher's Manual of the regional textbooks that were approved by the National Textbook Program (PNLD), in the 2004 and 2016 competitions. The qualitative research was based on the assumptions of Content Analysis. It was concluded that the teaching of local history proposed by the regional books should have addressed issues such as machismo, racism, environmental collapse, the right to historical memory and the demarcation of indigenous peoples' lands, appreciation of democratic culture and intercultural dialogue. The books also need to problematize the discursive construction of local heroes, humanizing them and recognizing the contradictions involved in people's agency in certain cultural, social and political contexts.

**KEYWORDS:** Regional textbook. Early Years. History Education.

# Análisis crítico del Manual del Profesor de los libros de texto regionales de Historia de Bahía (PNLD 2013 y 2016)

## RESUMEN

En este artículo, presentamos los resultados de la investigación titulada - El Manual del Maestro de los libros de texto de historia regional de Bahía (PNLD 2013 y 2016). El objetivo principal de la investigación fue discutir la enseñanza de la historia local, con base en el Manual del Profesor de los libros de texto regionales que fueron aprobados por el Programa Nacional de Libros de Texto (PNLD) en los concursos de 2004 y 2016. La investigación cualitativa se basó en los supuestos del Análisis de Contenido. Se concluyó que la enseñanza de la historia local propuesta por los libros de texto regionales debería haber abordado temas como el machismo, el racismo, el colapso ambiental, el derecho a la memoria histórica y la demarcación de las tierras de los pueblos indígenas, la valoración de la cultura democrática y el diálogo intercultural. Los libros también deben problematizar la construcción discursiva de los héroes locales, humanizándolos y reconociendo las contradicciones que implica la agencia de las personas en determinados contextos culturales, sociales y políticos.

**PALABRAS CLAVE:** Libro de texto regional. Primeros años. Enseñanza de la Historia.

## NOTAS

1 Esta pesquisa foi feita por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no período de 2021 a 2022, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia -Fapesb. Este trabalho fez parte do projeto Que ensino de história local propõe os livros regionais de História?: reflexões a partir do Manual do Professor que se desdobrou no projeto de pesquisa intitulado O Manual do Professor dos livros didáticos regionais de História da Bahia (PNLD 2013 e 2016).

2 Não foram contabilizados os verbos nesse manual, pois ele apresenta apenas um texto informativo.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo. Edições 70, LDA. Outubro de 2011.

BENITO, Agustin Escolano. El manual como texto. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 23, n. 3, p. 33-50, 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CÂMARA, Leandro Calbente (et al.). **Brasil: lugares e memórias: Bahia**: volume único, 4º e 5º ano. 1. ed. São Paulo: Leya, 2014.

CASSIANO, Celia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI**: A entrada do capital espanhol na educação nacional. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Mercado Editorial e PNLD em disputa**. In. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. Disponível em: <https://anped.org.br/993-news/>. Acesso em 19/02/2025.

DIAS, Maria Sara de Lima. *Et al.* **A formação dos conceitos em Vigotski: replicando um experimento**. In. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), SP. Volume 18, Número 3, Setembro/Dezembro de 2014: 493-500.



DIEZ, Albani Galo; AGUEDA, Célia Fontes. Segredos da Bahia: história, 4º/5º ano: volume único. 1.ed. São Paulo: FTD,2011.

FERREIRA, Danielle da Silva. **O Patrimônio Cultural Pernambucano nos Livros**

**Didáticos de História Regional:** tecendo a formação histórica nos anos iniciais da educação básica. (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História - – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Recife,2015.

FERREIRA, Danielle da Silva. **Um Silêncio Historiográfico:** o livro didático regional e as pesquisas acadêmicas. In. História & Ensino, Londrina, v. 22, n. 1, p. 109-125, jan./jun. 2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PAULILO, André Luiz. Os manuais do professor como fonte de pesquisa. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 56, p. 181-206, 2012.

RIBEIRO, Bianca do Amaral. **História nas Trilhas Da Bahia (2008)**, 4º ano. São Pulo: FTD, 2008.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 37, p. 803-821, 2012.

TAVARES, L.H.D.; NASCIMENTO, D. M. C.; CUNHA, M. C.O. **História: Bahia**, Volume Único: manual do professor. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2011

**Recebido:** 28 jan 2025

**Aprovado:** 20 abr . 2025

**DOI:** 10.3895/rtr.v10n0.20003

**Como Citar:** SANTOS, P. M.; LIMA, C. C. R. Uma análise do Manual do Professor dos livros didáticos regionais de História da Bahia (PNLD 2013 e 2016). **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 10, e20003, p. 1-17, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Patricia Mercês dos Santos  
patrimsantos@hotmail.com

**Direito Autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

